



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Manual da Qualidade



Conteúdo

Manual da Qualidade	3
1. Introdução	5
2. Sistema Interno de Garantia da Qualidade	5
2.1. Legislação e enquadramento	6
2.2. Apresentação da UBI	6
2.3. Missão, Visão e Valores	7
2.4. Organização da UBI	8
2.5. Política para a Qualidade	13
2.6. Órgãos e estruturas do Sistema Interno de Garantia da Qualidade	14
2.6.1. Conselho da Qualidade	14
2.6.2. Gabinete da Qualidade	14
2.6.3. Outros órgãos	15
3. Eixos Estratégicos e Qualidade	16
3.1. Cumprimento da missão	17
3.1.1. Ensino e aprendizagem	17
3.1.2. Investigação e desenvolvimento	18
3.1.3. Serviços e centros de apoio	19
3.2. Dinamização da comunidade académica	20
3.3. Recursos humanos	20
3.4. Compromisso com a região	21
3.5. Internacionalização	22
4. Participação das partes interessadas	23
5. Sistema de informação	23
6. Informação pública	24
7. Acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do SIGQ	24
Anexo I	26
Anexo II	31
Anexo III	45
Anexo IV	47



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

Anexo V	48
Anexo VI	52



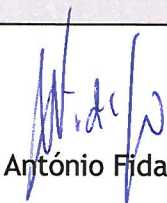
Manual da Qualidade

Identificação

A identificação do MQ é descrita pela sigla MQ01ri/YYYY, onde ri indica o n.º da revisão em vigor e YYYY corresponde ao ano de revisão.

Elaboração, Verificação e Aprovação

O MQ é elaborado pelo GQ, verificado pela Pró-Reitora para a Qualidade e aprovado pelo Reitor.

	Responsável	Data	Assinatura
Aprovação	Reitor	Dezembro de 2015	 António Fidalgo

A aprovação do MQ é evidenciada pela assinatura do documento original, o qual se encontra arquivado sob a responsabilidade do GQ.

Distribuição

O presente Manual está disponível para consulta, em acesso livre, no portal da UBI e é difundido por toda a comunidade académica (funcionários docentes e não docentes, investigadores e estudantes).

O GQ é responsável pela contínua atualização e divulgação do MQ.

Revisão

O MQ é revisto e atualizado, sempre que ocorram alterações que o tornem inadequado, sendo posteriormente submetido a aprovação superior, por parte do Reitor da UBI.

Qualquer alteração ao conteúdo implica a emissão de uma nova versão. As versões são identificadas no documento através da data da emissão.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal



1. Introdução

O compromisso da Universidade da Beira Interior (UBI) com práticas de qualidade remonta à sua criação.

A formalização e articulação deste compromisso no contexto de um Sistema Interno de Garantia de Qualidade (SIGQ) ganharam contornos mais precisos com a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade baseado na NP EN ISO 9001, a partir de 2008¹, e com a acreditação dos ciclos de estudos pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), iniciada em 2009.

A atual configuração do SIGQ, conforme a seguir se explicita, tem como desígnio geral alcançar uma cultura de qualidade global para a UBI inequivocamente alinhada com os *European Standards and Guidelines* (ESG) e com os Referenciais da A3ES².

2. Sistema Interno de Garantia da Qualidade

No preâmbulo dos seus Estatutos, a UBI identifica como um dos pressupostos definidores do seu ser e princípios normativos do seu agir: “O ensino de qualidade associado a investigação de mérito internacionalmente reconhecido” e, a fim de cumprir tal princípio, compromete-se a “Estabelecer uma cultura de avaliação como elemento fundamental para a promoção da qualidade”.

O Regulamento Orgânico dos Serviços da UBI formaliza a criação do GQ, ao qual compete exercer “competências no domínio da Avaliação Institucional e Acreditação dos Ciclos de Estudo, da Qualidade do Ensino e da Gestão do Sistema da Qualidade, em alinhamento com o planeamento estratégico”.

A UBI tem assumido o compromisso de assegurar a sua missão assente em critérios de qualidade: planeamento, ação, monitorização e melhoria contínua. O seu Sistema Interno de Garantia de Qualidade (SIGQ) privilegia a comunicação aberta, a transparência, a inclusão, a responsabilização coletiva pela performance institucional, levando a um aumento de confiança generalizado. Para comprovar a sua eficácia é fundamental escrutiná-lo.

¹ Em 14 de julho de 2008, a UBI obteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), englobando os Serviços Académicos, os Serviços de Documentação, os Serviços Técnicos, o Centro de Informática, o Centro de Formação Interação UBI Tecido Empresarial, a Divisão de Expediente e Pessoal, a Divisão de Contabilidade e Património, a Divisão de Assessoria Jurídica e o Gabinete de Apoio a Projetos e Promoção da Investigação. Numa segunda fase, concluída em dezembro de 2011, operacionalizou-se o alargamento do SGQ, com a inclusão da Provedoria do Estudante, dos Serviços de Ação Social, da Divisão de Investigação e Desenvolvimento, e do Museu de Lanifícios. A certificação dos serviços mencionados vigorou até 25 de janeiro de 2015.

² No Anexo I são explicitados os ESG, na sua versão atual e os Referenciais da A3ES.



2.1. Legislação e enquadramento

Legislação, normas e recomendações de enquadramento do Sistema da Qualidade no Ensino Superior, utilizadas como base na definição do MQ.

Legislação e Orientações	Assunto
<i>Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area (ESG) 2015.</i>	Orientações internacionais para a Garantia da Qualidade veiculadas pela ENQA.
Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade.	Estudo comparativo dos SIGQ europeus do ensino superior veiculado pela A3ES.
Indicadores de Desempenho para Apoiar os Processos de Avaliação e Acreditação de Ciclo de Estudos.	Indicações para definição de indicadores de desempenho de suporte aos SIGQ veiculado pela A3ES.
Participação dos Estudantes na Avaliação das Instituições de Ensino Superior Portuguesas: Um contributo para a sua definição.	Modalidades de participação dos Estudantes nos processos de Avaliação e Acreditação.
Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro.	Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).
Lei nº 38/2007, de 16 de Agosto.	Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior (RJAES).
Decreto-lei nº 369/2007, de 5 de novembro	Institui a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior - A3ES.
Despacho Normativo nº 45/2008, de 1 de setembro.	Estatutos da Universidade da Beira Interior

2.2. Apresentação da UBI

Criada em 1986, a partir do Instituto Universitário da Beira Interior (1979-1986), que sucedera por sua vez ao Instituto Politécnico da Covilhã (1973-1979)³, a UBI é uma instituição pública de ensino superior orientada para a criação, transmissão e difusão da cultura, do saber e da ciência e tecnologia, através da articulação do estudo e do ensino, da investigação e do desenvolvimento experimental.

³ Os principais marcos históricos da UBI encontram-se sintetizados em <https://www.ubi.pt/Entidade.aspx?id=Historia>



Com instalações distribuídas por quatro polos geograficamente dispersos, a UBI tem contribuído de forma exemplar para a conservação e revitalização do património industrial têxtil da cidade da Covilhã.

Graças à sua oferta educativa, à qualidade do ensino e da investigação, à racionalidade da gestão e ao grau de internacionalização, a UBI apresenta uma robustez notável, que lhe permite enfrentar o futuro com confiança

2.3. Missão, Visão e Valores

Missão

A UBI tem como missão: “Promover a qualificação de alto nível, a produção, transmissão, crítica e difusão do saber, cultura, ciência e tecnologia, através do estudo, da docência e da investigação”.⁴

A qualificação de alto nível que a UBI declara estatutariamente como primeiro ponto da sua missão entende-se como formação humana, cultural, científica e tecnológica. É a esse fim primeiro que se subordinam os demais fins da universidade: “a realização de investigação fundamental e aplicada”, “a prestação de serviços à comunidade”, “o intercâmbio cultural, científico e técnico” e “a cooperação internacional e a aproximação entre os povos”.

Visão

A UBI deverá assumir-se como uma comunidade viva e vibrante, reconhecida pela qualidade do seu desempenho no ensino, na investigação e na transferência de conhecimento, e com um forte compromisso com a região.

Ambicionamos uma universidade:

- reconhecida pela solidez e qualidade do ensino e da investigação, cujos licenciados, mestres e doutores se afirmem nacional e internacionalmente pela qualidade da sua formação;
- que não se feche sobre si mesma, indiferente à sociedade e ao mundo envolvente;
- que seja um ator decisivo do desenvolvimento social e económico da região e do país; uma universidade que seja capaz de fomentar e alimentar empresas de base tecnológica, de serviços avançados, que seja um polo de inovação capaz de transformar a Beira Interior numa região de grande potencial humano e tecnológico; uma universidade que crie parcerias com os outros atores regionais e seja um espaço de redes entre eles;

⁴ Cf. Estatutos da UBI.



- gerida por princípios de combate ao desperdício e sustentada pela gestão eficiente dos seus recursos e processos.

Valores

- **Liberdade Intelectual** - proporcionar um ambiente de criatividade e inovação, criando espaço para a mudança e adaptação;
- **Integridade Académica** - o ensino e a investigação devem ser caracterizados por total independência intelectual e moral;
- **Diversidade** - promover uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e a diferença, promovendo a discussão e o respeito por diferentes pontos de vista;
- **Excelência** - prosseguir os mais elevados *standards* de ensino e investigação, com base num modelo de gestão orientado para uma cultura de qualidade total e de valorização do mérito;
- **Responsabilidade Social** - fomentar a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social nas suas diferentes dimensões (social, ambiental e cultural);
- **Aprendizagem para a Vida** - promover a busca do conhecimento como forma de melhorar o bem-estar social e fortalecer a compreensão do indivíduo, extravasando as fronteiras geográficas;
- **Racionalidade** - reconhecendo a necessidade de fazer opções que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão sustentável dos recursos.

2.4. Organização da UBI

São órgãos de governo da Universidade: O Conselho Geral, o Reitor e o Conselho de Gestão.

Para apoio ao Reitor no exercício das suas competências, a UBI dispõe ainda do Senado como órgão consultivo.

Na UBI existe ainda um Provedor do Estudante, cuja missão consiste em zelar pelos direitos e interesses legítimos dos estudantes.

São estruturas da Universidade as unidades orgânicas - Faculdades e ICI -, subunidades orgânicas - Departamentos e Unidades de Investigação -, centros e serviços⁵.

⁵ No Regulamento Orgânico dos Serviços da UBI, Despacho nº 12051/2014, de 10 de outubro, publicado no Diário da República nº 196, 2ª série (http://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/90919/Regulamento_Organico.pdf) , define-se a estrutura orgânica e as competências dos serviços que integram a UBI.



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

A UBI dispõe ainda de Serviços de Ação Social com fins e estrutura previstos no respetivo Regulamento Orgânico⁶.

A UBI organiza-se matricialmente a fim de as Faculdades e o ICI partilharem os seus recursos humanos e materiais; os centros prestarem serviços às Faculdades, ao ICI, à UBI em geral e ao exterior; os serviços, sem prejuízo do pessoal indispensável a atribuir às Faculdades, ICI e centros, assegurarem as tarefas administrativas, financeiras e técnicas de todas as estruturas da UBI.

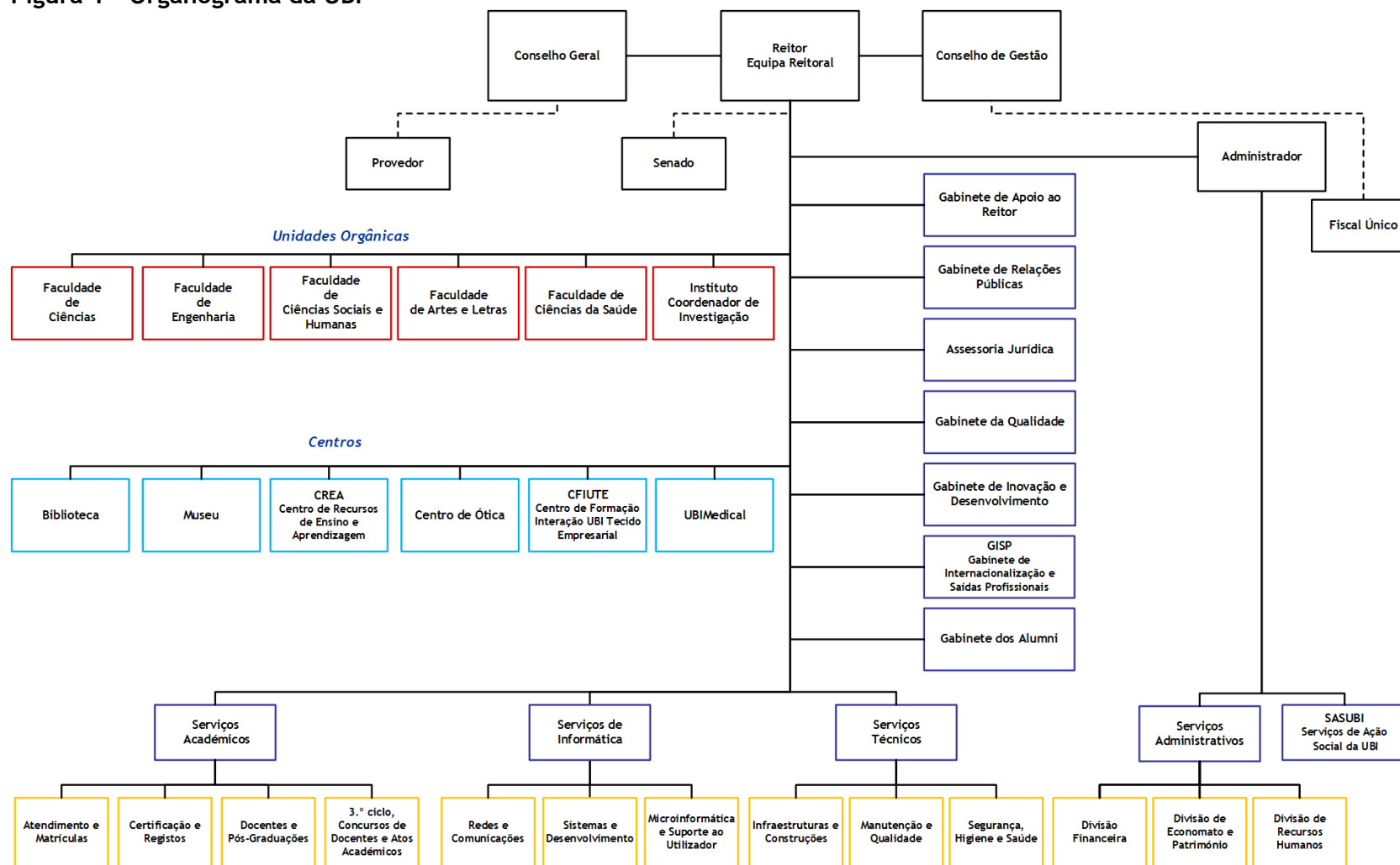
Na figura 1 apresenta-se o organograma da UBI. Nas figuras 2 a 6 apresentam-se os organogramas das Faculdades.

No Anexo II descrevem-se a composição e competências dos órgãos da UBI e das unidades e subunidades orgânicas.

⁶ Regulamento nº 721/2010, de 2 de setembro, publicado no Diário da República nº 171, 2ª série (http://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/90900/Regulamento_Organico.pdf)



Figura 1 - Organograma da UBI



MQ01r14/2015



Figura 2 - Organograma da Faculdade de Ciências

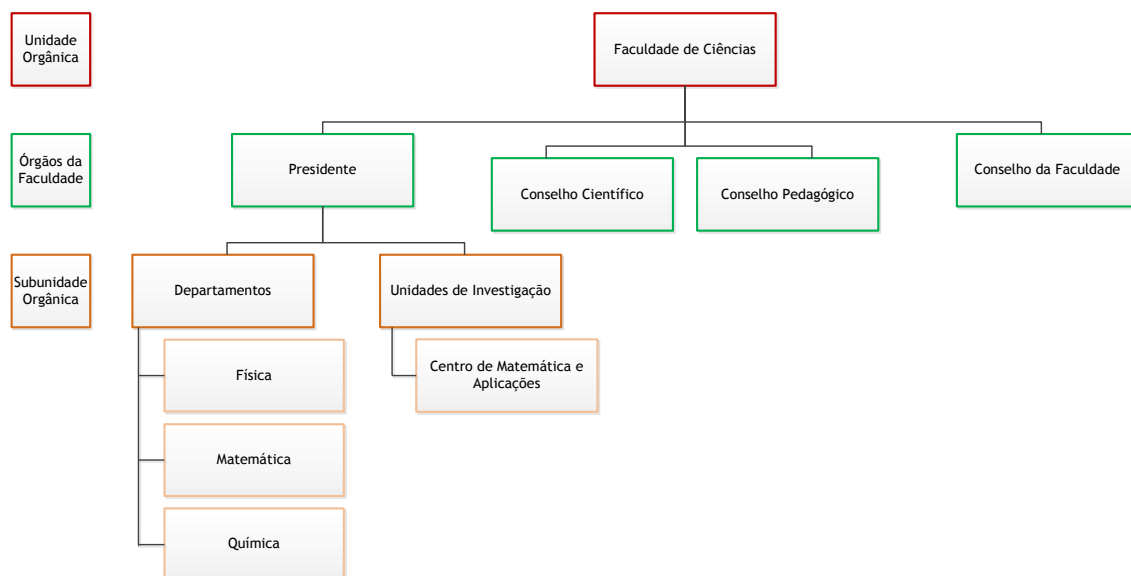


Figura 3 - Organograma da Faculdade de Engenharia

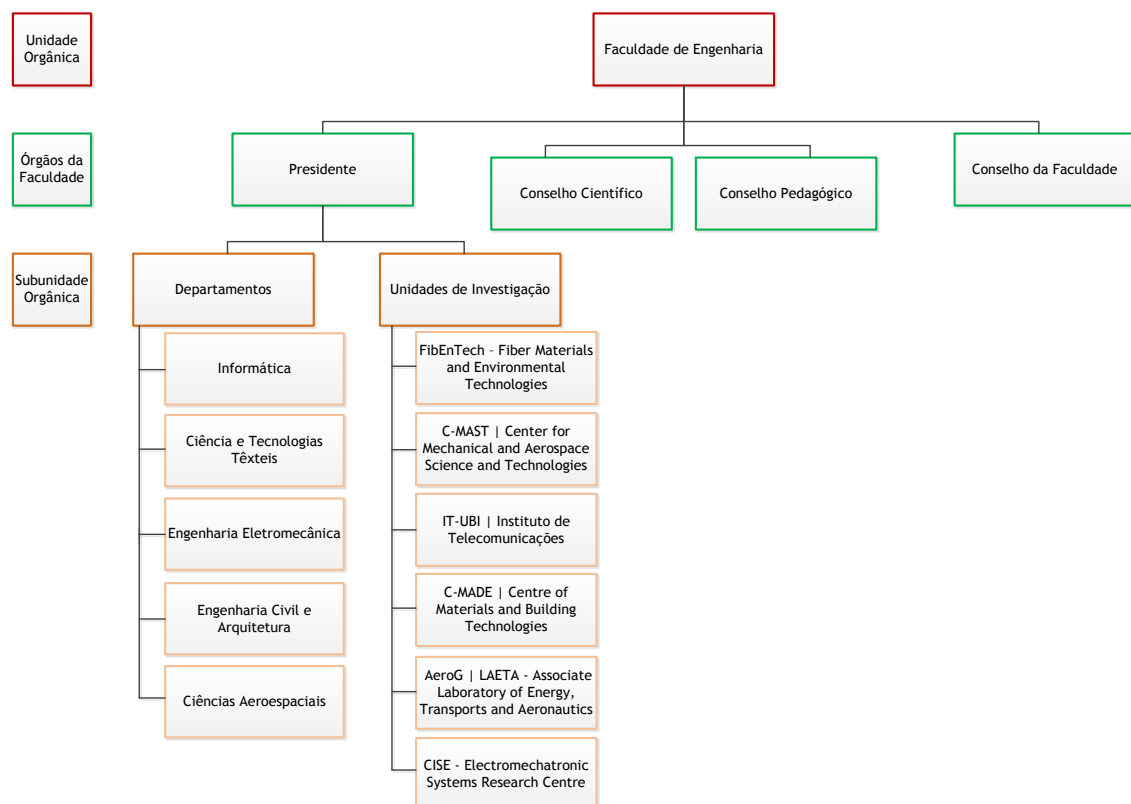




Figura 4 - Organograma da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

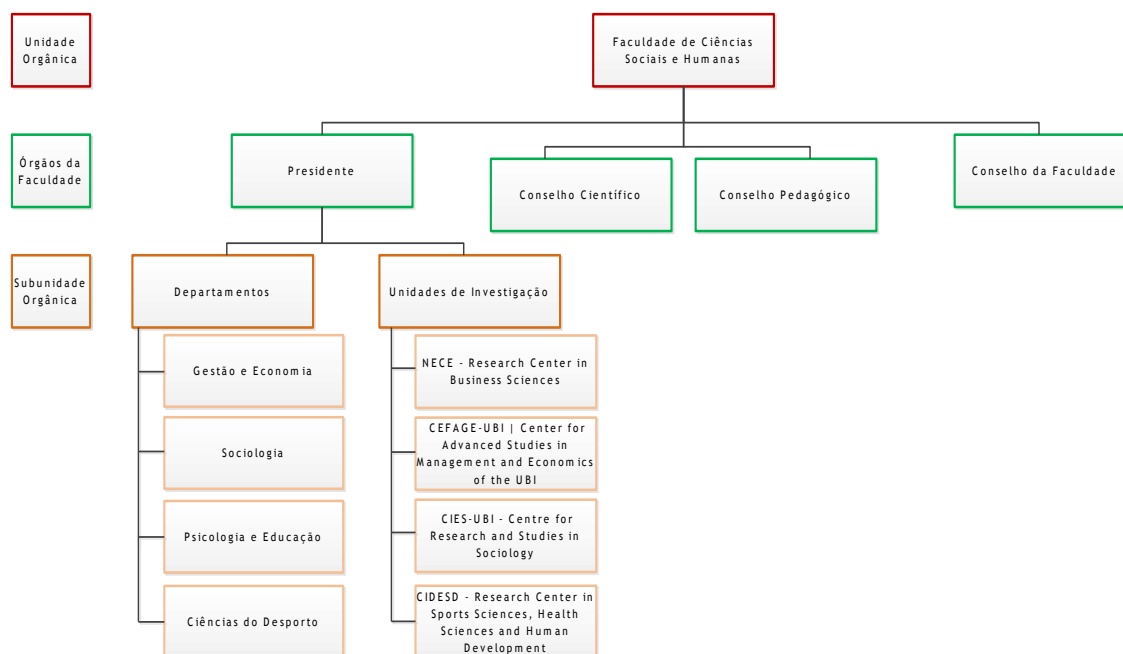


Figura 5 - Organograma da Faculdade de Artes e Letras

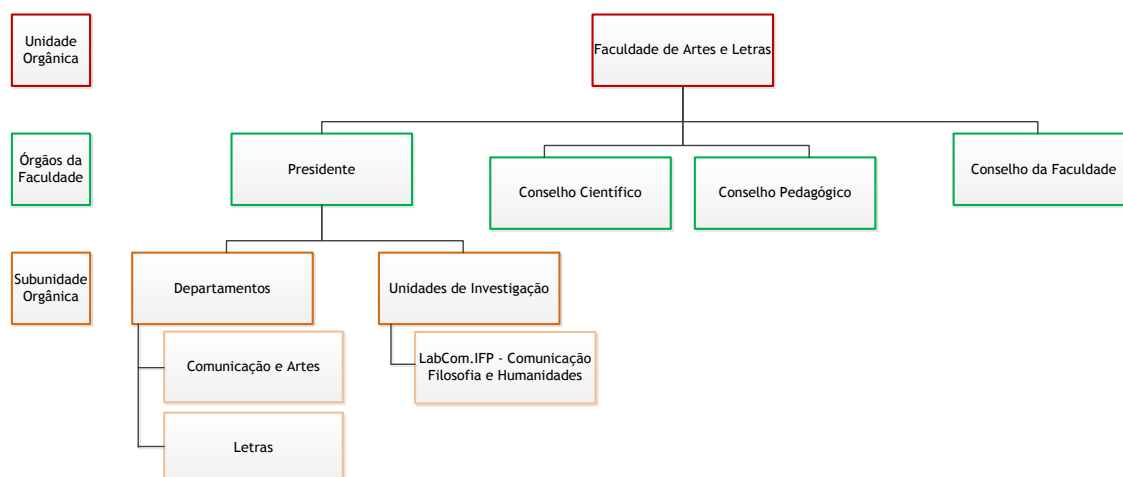
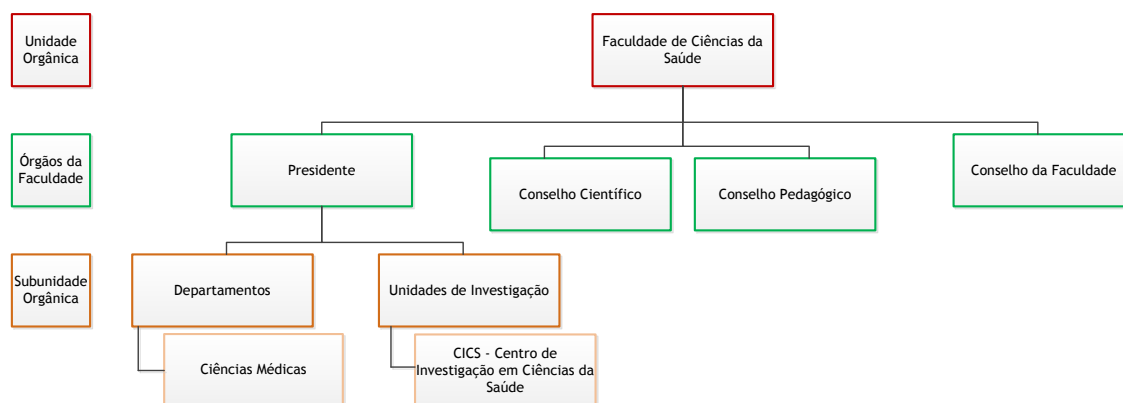




Figura 2 - Organograma da Faculdade de Ciências da Saúde



2.5. Política para a Qualidade

ESG 2015:	1.1	Referencial A3ES:	1
-----------	-----	-------------------	---

Para cumprir o desígnio geral de alcançar uma cultura da qualidade global para a UBI, define-se como Política da Qualidade:

- Garantir a qualidade do ensino, da investigação, da internacionalização e da interação com a sociedade, de acordo com os preceitos legais, as normas internas e os padrões de exigência externa, nacionais e internacionais aplicáveis;
- Promover um modelo de organização, funcionamento, gestão e governo da Universidade centrado na eficiência, na qualidade, na transparência e na responsabilidade;
- Implementar um Sistema Interno de Garantia da Qualidade adequado, simples, desburocratizado e eficaz, de forma a garantir a prossecução da missão da universidade, sedimentado numa estratégia de avaliação, monitorização do desempenho, prospeção e dinâmica de melhoria contínua;
- Fomentar uma cultura de envolvimento de toda a comunidade académica e da sociedade de modo a assegurar a eficácia dos processos e atividades do Sistema Interno de Garantia da Qualidade.



2.6. Órgãos e estruturas do Sistema Interno de Garantia da Qualidade

2.6.1. Conselho da Qualidade

O CQ tem como missão a promoção da avaliação da qualidade e a coordenação e gestão do SIGQ, tendo a seguinte composição:

- O Reitor;
- Os Vice-Reitores;
- A Pró-Reitora para a Qualidade;
- Os Presidentes das Faculdades ou a que estes delegarem essa competência;
- O Administrador;
- O Presidente da AAUBI;
- Um estudante designado pelos pares;
- Um membro dos SI;
- Um membro do GRP;
- Um membro do GQ.

Compete ao CQ:

- a. Propor ao Reitor a Política de Qualidade, para aprovação;
- b. Promover a coordenação global do SIGQ, acompanhando a execução da Política de Qualidade da UBI;
- c. Monitorizar a concretização do SIGQ;
- d. Apreciar os relatórios de avaliação institucional e a execução dos planos de melhoria propostos;
- e. Analisar o nível de envolvimento da comunidade e contribuir para uma cultura de qualidade;
- f. Propor melhorias para o funcionamento do SIGQ.

2.6.2. Gabinete da Qualidade

O Gabinete da Qualidade exerce as suas competências no domínio da Avaliação Institucional e Acreditação dos Ciclos de Estudo, da Qualidade do Ensino e da Gestão do Sistema da Qualidade, em alinhamento com o planeamento estratégico.

Compete ao Gabinete da Qualidade:

- a. Assegurar o desenvolvimento, gestão e aplicação dos sistemas de autoavaliação e avaliação institucional na Universidade;



- b. Acompanhar os programas de avaliação da Universidade a realizar pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, *European University Association* e outras entidades externas;
- c. Promover e coordenar a organização dos processos de criação, alteração e avaliação de ciclos de estudos, relatórios de *follow-up*, assegurar a sua submissão e registo junto das entidades competentes, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e Direção Geral de Ensino Superior, e proceder, se aplicável, à publicação em Diário da República dos respetivos planos de estudos;
- d. Colaborar na recolha, análise e interpretação dos indicadores de qualidade do processo de ensino-aprendizagem;
- e. Assegurar o funcionamento do sistema de garantia da qualidade do ensino na Universidade e definir padrões de alerta relativamente às dimensões de análise fundamentais;
- f. Colaborar com os Diretores e Comissões de Curso no sentido de identificar problemas e partilhar estratégias para os resolver;
- g. Atualizar base de dados de estruturas curriculares de ciclos de estudos;
- h. Elaborar e coordenar programas de formação dos docentes da UBI;
- i. Assegurar a coordenação dos mestrados de Formação de Professores;
- j. Assegurar a gestão e a melhoria contínua do Sistema da Qualidade da Universidade;
- k. Planear e coordenar as auditorias internas, acompanhar as auditorias externas, promovendo, com independência técnica, a organização e funcionamento dos serviços, no âmbito do Sistema da Qualidade;
- l. Auscultar regularmente as necessidades e os níveis de satisfação dos clientes e outras partes interessadas, dinamizar a aplicação de inquéritos a estudantes, docentes, graduados e empregadores, bem como proceder ao tratamento, análise e divulgação dos respetivos resultados;
- m. Realizar estudos de planeamento e gestão estratégica que lhe sejam superiormente solicitados.

2.6.3. Outros órgãos

- Reitor;
- Conselho Geral;
- Senado;
- Presidentes de Faculdade;



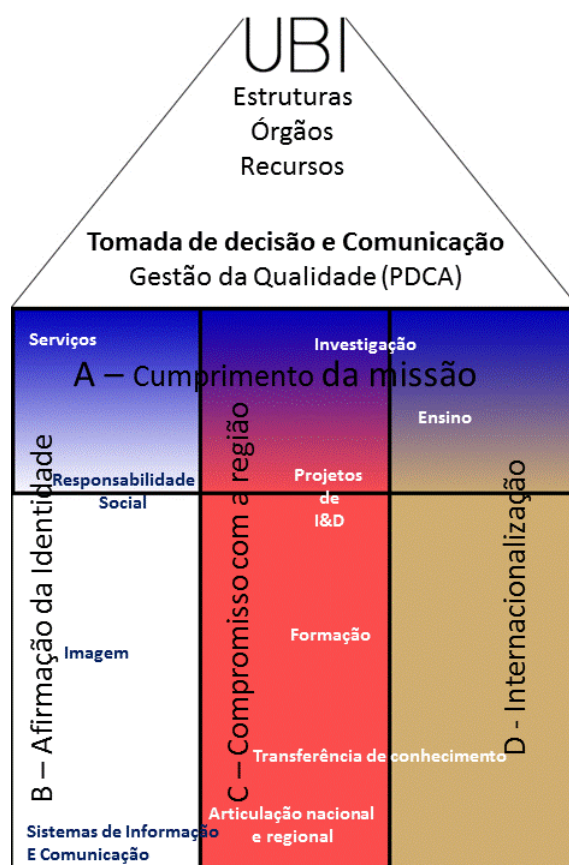
- Conselhos Científicos e Pedagógicos;
- Presidentes de Departamento;
- Comissões de Curso;

Cuja composição e competências se encontram descritas no [Anexo II](#).

3. Eixos Estratégicos e Qualidade

O SIGQ engloba toda a estrutura e ação da UBI, sendo portanto transversal aos quatro eixos estratégicos como se ilustra na figura seguinte:

Figura 7 - Eixos Estratégicos e Qualidade





3.1. Cumprimento da missão

O desempenho da missão envolve a valorização do ensino e da aprendizagem, a consolidação da dinâmica de investigação e os serviços de apoio.

3.1.1. Ensino e aprendizagem

ESG 2015: | 1.2 | 1.3 | 1.4 | 1.9

Referenciais A3ES: | 2 | 3

A grande missão da Universidade, a sua primeira missão, é o ensino, visando a formação humana, cultural, científica e tecnológica dos que nela estudam. Ocupa lugar de destaque neste contexto, a oferta formativa, cuja qualidade importa assegurar.

3.1.1.1. Criação de Cursos

A criação de cursos é objeto de um procedimento específico descrito no [Anexo III](#). A apresentação de uma proposta de criação de ciclo de estudos aos órgãos inclui, na fundamentação respetiva, a realização de uma análise SWOT que permitirá aferir, entre outros fatores, da sua adequação à missão e estratégia da UBI, da comparação com cursos e graus congéneres no Espaço Europeu de Ensino Superior e da previsível empregabilidade do ciclo de estudos proposto. A aprovação nos órgãos competentes constitui condição preliminar para a formalização de um pedido de acreditação prévia de novo ciclo de estudos junto da A3ES.

3.1.1.2. Alteração de Cursos

O procedimento aplicável à alteração de ciclos de estudos é descrito no [Anexo IV](#). O pedido de alteração de ciclo de estudos implica a observância do disposto na deliberação da A3ES⁷ referente à alteração dos elementos caracterizadores de um ciclo de estudos. Do pedido de alteração fazem parte, entre outros elementos, a fundamentação das alterações pretendidas, o regime de transição e a tabela de correspondências, bem como a decisão de acreditação da A3ES, a última publicação em Diário da República e os extratos de atas dos órgãos competentes para a aprovação das alterações.

⁷ Deliberação nº 2392/2013, publicada no Diário da República nº 250, 2ª série, de 26 de dezembro (<https://dre.pt/application/file/3481375>)



3.1.1.3. Avaliação dos Cursos

A nível interno, compete ao Diretor de Curso zelar pelo bom funcionamento dos cursos, nomeadamente nos seus aspetos científicos, pedagógicos e organizativos e elaborar um relatório anual de autoavaliação do curso, incluindo uma análise dos pontos fortes e fracos, e propostas de atuação futura⁸.

Cabe à Comissão de Curso analisar as metodologias, critérios de avaliação e resultados da aprendizagem nas diferentes unidades curriculares; identificar anomalias no funcionamento do curso e propor medidas para as resolver; verificar o normal funcionamento do curso e propor ao Diretor do Curso medidas que visem ultrapassar eventuais dificuldades funcionais⁹.

A avaliação dos ciclos de estudos pode também ter lugar em outras instâncias das Faculdades e da UBI.

A nível externo, os ciclos de estudos são objeto de avaliação por parte da A3ES nos termos estabelecidos para esse efeito.

Para a avaliação interna e externa dos ciclos de estudos da UBI contribuem os indicadores referidos no [Anexo V](#).

3.1.2. Investigação e desenvolvimento

ESG 2015:	1.1 1.5 1.9
-----------	-----------------

Referencial A3ES:	4
-------------------	---

O ensino e a investigação na UBI são faces de uma mesma moeda e essa ligação é assumida na missão, no planeamento estratégico e na política para a qualidade.

É missão do ICI articular a investigação científica da UBI e, sempre que solicitado pelo Reitor, colaborar na coordenação de cursos de formação avançada. Nesse sentido, compete-lhe, em particular, promover a qualidade do trabalho científico das Unidades de Investigação e Desenvolvimento, e em concreto: propor formas de organização no sentido de potenciar a sua competitividade; e apoiar Oficinas e Laboratórios de Investigação, incluindo a aquisição de recursos materiais e coordenação da contratação de recursos humanos.

O SIGQ incorpora os padrões seguidos pelo sistema de avaliação da FCT, o qual se fundamenta em apreciações periódicas, realizadas por painéis de peritos internacionais, com base em relatórios, planos de atividades e projetos estratégicos assim como em contatos diretos através de visitas às Unidades de Investigação. Destes

⁸ Cf. Regulamento das Comissões de Curso e [Anexo II](#).

⁹ Cf. Regulamento das Comissões de Curso e [Anexo II](#).



exercícios de avaliação resulta a atribuição de uma classificação de qualidade por parte do painel que, entre outros efeitos, determina a eventual integração de uma Unidade de Investigação no ICI¹⁰.

Existe ainda articulação entre o SIGQ e o regulamento de avaliação do desempenho dos docentes da UBI¹¹ no referente à atividade científica suportado por uma plataforma dedicada¹².

O plano de atividades do ICI detalha as ações a desenvolver em matéria de investigação, sendo a avaliação feita no relatório subsequente, sendo que ambos alimentam o plano e relatório de atividades da Universidade.

3.1.3. Serviços e centros de apoio

ESG 2015:	1.6	Referencial A3ES:	7
-----------	-----	-------------------	---

Os serviços são estruturas permanentes de apoio à gestão técnica, administrativa e financeira a desempenhar pelos órgãos de governo, faculdades, institutos de investigação, departamentos e unidades de investigação.

Os Centros devem apoiar os órgãos e estruturas da UBI, no âmbito da sua área de intervenção, otimizar sinergias, contribuir para a qualidade e criatividade do ensino, da investigação e da prestação de serviços à comunidade

Tal como anteriormente referido, os Estatutos da UBI preveem uma organização matricial de serviços, a fim de adequar as estruturas de apoio logístico, técnico e administrativo ao modelo de gestão configurado por aquele documento, obviamente assente nos princípios de economia e eficiência, que conduzam ao reforço da responsabilização, transparência e prestação pública de contas.

A ação dos serviços e dos centros é orientada pelo planeamento estratégico, sendo concretizada, em cada ano, no plano de atividades da UBI e avaliada através do relatório correspondente. A já mencionada certificação ISO 9001 contribuiu para uma elevada internalização de práticas de qualidade nos serviços e centros da UBI.

¹⁰ Cf. Regulamento do ICI, Despacho Reitoral nº 24/2015, de 27 de março, disponível em: http://www.ubi.pt/Ficheiros/Blocos_Entidades/43/Despacho%202015_R_24_Regulamento%20ICI-Alteração.pdf

¹¹ Regulado pelo Despacho nº 10129/2014, publicado no Diário da República nº 150, de 6 de agosto, disponível em: <https://dre.pt/application/file/55135285>

¹² <https://rad.ubi.pt>



3.2. Dinamização da comunidade académica

A dinamização da comunidade universitária passa pela afirmação da identidade da UBI e pela promoção de uma cultura de envolvimento e de responsabilização de todos os seus membros.

A afirmação da identidade da UBI implica a criação de meios e oportunidades que proporcionem o conhecimento mútuo dos seus membros e incentivem a sua participação e envolvimento nas diversas atividades da organização, numa perspetiva de inclusão.

Ao reforçar a coesão, fomenta-se a partilha de valores institucionais e, por essa via, aprofunda-se a adoção de uma cultura de qualidade.

3.3. Recursos humanos

ESG 2015:	1.5	Referencial A3ES:	6
-----------	-----	-------------------	---

Os recursos humanos são cruciais para o desempenho da missão institucional. No sentido de assegurar a qualidade dos seus docentes e funcionários, o SIGQ prevê procedimentos com vista a assegurar a contratação dos melhores recursos e providenciar oportunidades de formação e desenvolvimento de competências dos mesmos.

Os docentes são avaliados com base no Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes (RAD)¹³ que incide nas vertentes de investigação, ensino, transferência de conhecimento e tecnologia, e gestão universitária.

O Regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Académica¹⁴ define um conjunto de requisitos e parâmetros, em sintonia com o ECDU e o RAD, que permitem avaliar as qualificações e as competências dos docentes a recrutar.

Para a permanente atualização dos docentes contribui, desde logo, a implementação de uma política de estímulo à investigação de qualidade, realizada pelo ICI, com o objetivo de incentivar projetos com potencial de investigação e reconhecer o mérito dos investigadores mais destacados. Incluem-se, neste âmbito, as ações desenvolvidas pelas Unidades de I&D, ao nível da organização periódica de conferências e seminários

¹³ Despacho 10129/2014, de 6 de agosto, publicado no Diário da República nº 150, 2ª Série, disponível em: <https://dre.pt/application/file/55135285>, alterado pela Declaração de Retificação nº 1061/2014, de 17 de outubro, publicada no Diário da República nº 20, 2ª série, disponível em: <https://dre.pt/application/file/58380529>

¹⁴ Despacho 2870/2014, de 20 de fevereiro, publicado no Diário da República nº 36, 2ª Série, disponível em: <https://dre.pt/application/file/1677584>



com palestrantes de reconhecido mérito e o financiamento de deslocações a eventos científicos no estrangeiro.

Por outro lado, o GQ promove ações de formação pedagógica de docentes, com vista à permanente atualização das metodologias de ensino-aprendizagem e de avaliação, de qualidade reconhecida, e uma reflexão conjunta sobre os problemas e desafios pedagógicos no Ensino Superior. De igual modo, através do CFIUTE, são disponibilizadas formações em áreas específicas abertas aos docentes e não docentes. Por último, e igualmente importante, a participação dos docentes em programas de intercâmbio e o reforço da cooperação científica com instituições estrangeiras.

O pessoal não docente é avaliado de acordo com o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública. O processo de avaliação compreende: definição de objetivos e competências em função do planeamento estratégico, monitorização dos objetivos e competências, autoavaliação, avaliação, harmonização das avaliações e homologação das classificações.

3.4. Compromisso com a região

Referencial A3ES:	5
-------------------	---

Este compromisso traduz-se na articulação regional e nacional, tanto ao nível institucional como ao nível da transferência de conhecimentos.

A UBI tem procurado coordenar as vontades regionais, cumprindo uma das suas missões. Mais do que um mero observador, a UBI transformou-se num ator mais relevante, procurando congregar vontades e anseios na região próxima, mas também em todo o interior. É firme vontade da UBI continuar e aprofundar este tipo de intervenções que visam dar à região a importância que lhe é devida, funcionando, sempre que necessário, como sua porta-voz.

O desenvolvimento de projetos e a transferência de conhecimento para a sociedade são uma das missões da UBI. Esta atividade de interface perante a situação socioeconómica da atualidade, as políticas de I+D+I da UE e nacionais, bem como a necessidade de cumprir com os objetivos traçados pela Universidade, permite criar alternativas de financiamento, de modo a contribuir para a saúde financeira da UBI. A captação de receitas próprias depende do sucesso das candidaturas a projetos submetidos pelos investigadores e da prestação de serviços especializados a empresas e outras entidades.



3.5. Internacionalização

Referencial A3ES:	10
-------------------	----

Os objetivos e a estratégia de internacionalização da UBI expressos no Plano 2020 explicitam as grandes linhas de referência, a saber, os espaços de vizinhança espanhol, europeu, lusófono e ibero-americano. É nestes espaços que se encontram as oportunidades relevantes de uma política de internacionalização. A situação com que atualmente se depara a UBI é o desafio da sua efetivação.

A operacionalização requer a criação de planos de ação orientados para a abordagem dos desafios que a europeização das políticas e a internacionalização dos fluxos associados às atividades das universidades colocam. Do ponto de vista institucional, realça-se a necessidade de a UBI integrar no contexto europeu, e mesmo lusófono e ibero-americano, redes de universidades que partilhem de um posicionamento similar.



4. Participação das partes interessadas

A política para a qualidade privilegia a cooperação com a sociedade e a participação dos parceiros internos e externos mais relevantes nos processos de planeamento estratégico, sendo de destacar a participação na composição de órgãos de governo e órgãos consultivos da UBI e a auscultação regular através de variados mecanismos.

Parceiro	Participação em órgãos com responsabilidade no SIGQ	Mecanismos de Auscultação
Docentes	CQ, Órgãos de gestão da UBI, Senado, Órgãos das Faculdades e do ICI, Comissões de Curso	Autoavaliação, Avaliação externa, Avaliação pedagógica
Estudantes	CQ, Conselho Geral, Senado Conselho de Faculdade Conselho Pedagógico Comissões de Coordenação Pedagógica (Curso)	Autoavaliação, Avaliação externa, Avaliação dos processos de Ensino e Aprendizagem - Anexo VI
Não docentes	CQ Conselho Geral Conselho de Gestão Senado Conselho de Faculdade	Autoavaliação, Avaliação externa, Auditorias
Alumni	-	Avaliação do Ensino, Empregabilidade, Empreendedorismo
Empregadores	-	Avaliação da qualidade dos diplomados
Clientes de serviços	-	Avaliação dos serviços
Entidades externas	Conselho Geral, Comissão de Acompanhamento do Conselho Científico do ICI	Avaliação, Acreditação

5. Sistema de informação

ESG 2015: | 1.7 Referencial A3ES: | 8

A implementação de um sistema de informação fiável, ágil e de fácil utilização, é condição de sucesso de qualquer sistema de garantia da qualidade. Dele depende a tomada de decisões fundamentadas e a análise de desempenho do próprio sistema.



Neste âmbito, o desenvolvimento do sistema de informação da UBI promove a integração de bases de dados dispersas, a identificação e eliminação de redundâncias, e, sempre que possível, as ligações a sistemas de informação externos para inserção e/ou recolha de dados.

É através do sistema de informação da UBI que é disponibilizada a totalidade dos indicadores previstos neste manual.

Cabe ao Gabinete da Qualidade e aos Serviços Informáticos conjugarem ações para que o sistema de informação desempenhe a sua função de elemento estruturante do SIGQ.

6. Informação pública

ESG 2015: | 1.8 Referencial A3ES: | 9

O modelo de organização, funcionamento, gestão e governo da Universidade centrado na transparência que a política para a qualidade preconiza implica a publicação regular de informação atualizada, quantitativa e qualitativa, imparcial e objetiva acerca do funcionamento institucional, incluindo os programas e graus de ensino.

O meio mais eficaz para a publicação de informação é a Internet pelo que o portal institucional é alvo de atualizações regulares no sentido de disponibilizar informação sobre as atividades da UBI em conformidade com os requisitos legais aplicáveis e também indo ao encontro das expectativas e necessidades do público interno e externo.

Em linha com o desígnio de alcançar uma cultura de qualidade global para a UBI, deverá zelar-se pela visibilidade da garantia da qualidade, acentuando a dimensão de melhoria contínua.

Compete aos Serviços de Informática e ao Gabinete de Relações Públicas articularem-se para, no contexto das áreas de competência respetivas, disponibilizarem os meios e os conteúdos para a permanente atualização do portal da UBI.

7. Acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do SIGQ

ESG 2015: | 1.10

O acompanhamento, avaliação e melhoria contínua do SIGQ decorre de duas componentes: avaliação interna e avaliação externa.

Baseado em processos de melhoria contínua da qualidade, o SIGQ preconiza uma revisão cíclica dos resultados, ao nível do processo de ensino/aprendizagem, mas



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Covilhã | Portugal

também da instituição como um todo numa aferição total do cumprimento da sua missão e objetivos.



Anexo I

European Standards and Guidelines (ESG) 2015¹⁵ - Evidências de implementação

ESG 2015	Evidências
<p>1.1 Policy for quality assurance <i>Institutions should have a policy for quality assurance that is made public and forms part of their strategic management. Internal stakeholders should develop and implement this policy through appropriate structures and processes, while involving external stakeholders.</i></p> <p>1.1 Política de garantia da qualidade As instituições devem ter uma política de garantia da qualidade que é tornada pública e faz parte da sua gestão estratégica. As partes interessadas internas devem desenvolver e implementar esta política através de estruturas e processos adequados, com o envolvimento das partes interessadas externas.</p>	<p>http://www.ubi.pt/Entidade/Docs_Estr</p> <p>PQ</p> <p>MQ</p> <p>Exemplo de uma Comissão de Ética: http://www.fcсаude.ubi.pt/comissaoetica</p>
<p>1.2 Design and approval of programmes <i>Institutions should have processes for the design and approval of their programmes. The programmes should be designed so that they meet the objectives set for them, including the intended learning outcomes. The qualification resulting from a programme should be clearly specified and communicated, and refer to the correct level of the national qualifications framework for higher education and, consequently, to the Framework for Qualifications of the European Higher Education Area.</i></p> <p>1.2. Elaboração e aprovação de cursos As instituições devem dispor de processos para a elaboração e aprovação dos seus cursos. Os cursos devem ser concebidos de modo a cumprir os objetivos estabelecidos, incluindo os resultados de aprendizagem previstos. A qualificação resultante de um curso deve ser claramente especificada e comunicada e adequar-se ao nível correto do quadro nacional de qualificações para o ensino superior e, consequentemente, ao Quadro de Qualificações do Espaço Europeu de Ensino Superior.</p>	<p>Anexo III Procedimento de Criação de Ciclos de Estudos</p> <p>Anexo IV Procedimento de Alteração de Ciclos de Estudos</p> <p>http://www.ubi.pt/Cursos</p>

¹⁵ A versão inglesa dos ESG é a única versão oficial. A versão portuguesa aqui apresentada é da autoria do GQ, o qual assume a responsabilidade por eventuais inexactidões que a mesma possa conter.



ESG 2015	Evidências
<p>1.3 Student-centred learning, teaching and assessment <i>Institutions should ensure that the programmes are delivered in a way that encourages students to take an active role in creating the learning process, and that the assessment of students reflects this approach.</i></p> <p>1.3 Aprendizagem, ensino e avaliação centrados no estudante As instituições devem garantir que os cursos são ministrados de modo a incentivar os estudantes a assumir um papel ativo na criação do processo de aprendizagem e que a avaliação dos estudantes reflete esta abordagem.</p>	<p>http://www.ubi.pt/Cursos</p>
<p>1.4 Student admission, progression, recognition and certification <i>Institutions should consistently apply pre-defined and published regulations covering all phases of the student "life cycle", e.g. student admission, progression, recognition and certification.</i></p> <p>1.4 Admissão, progressão, reconhecimento e certificação dos estudantes As instituições devem aplicar consistentemente regulamentos previamente definidos e publicados abarcando todas as fases do "ciclo de vida" do estudante, e.g. admissão, progressão, reconhecimento e certificação.</p>	<p>https://academicos.ubi.pt/Default.aspx</p>
<p>1.5 Teaching staff <i>Institutions should assure themselves of the competence of their teachers. They should apply fair and transparent processes for the recruitment and development of the staff.</i></p> <p>1.5 Corpo docente As instituições devem garantir a competência dos seus docentes. Devem aplicar processos justos e transparentes no recrutamento e formação dos docentes.</p>	<p>Hiperligação para RAD Despacho 10129/2014, de 6 de agosto, https://dre.pt/application/file/55135285, alterado pela Declaração de Retificação nº 1061/2014, de 17 de outubro https://dre.pt/application/file/58380529</p> <p>Regulamento de Concursos Despacho 2870/2014, de 20 de fevereiro, https://dre.pt/application/file/1677584</p>
<p>1.6 Learning resources and student support <i>Institutions should have appropriate funding for learning and teaching activities and ensure that adequate and readily accessible learning resources and student support are provided.</i></p> <p>1.6 Recursos de aprendizagem e apoio aos estudantes As instituições devem dispor de financiamento apropriado para as atividades de ensino e aprendizagem e garantir a disponibilização de recursos de aprendizagem e serviços de apoio adequados e facilmente acessíveis.</p>	<p>Separador "Estudantes" em www.ubi.pt</p>



ESG 2015	Evidências
1.7 Information management <i>Institutions should ensure that they collect, analyse and use relevant information for the effective management of their programmes and other activities.</i>	Relatórios de atividades das Faculdades Sharepoints
1.7 Gestão da informação As instituições devem garantir a recolha, análise e utilização de informação relevante para a gestão eficaz dos seus cursos e outras atividades.	Dashboards Balcão Virtual
1.8 Public information <i>Institutions should publish information about their activities, including programmes, which is clear, accurate, objective, up-to date and readily accessible.</i>	www.ubi.pt Hiperligação de um curso: http://www.ubi.pt/Curso/25
1.8 Informação pública As instituições devem publicar Informação sobre as suas atividades, incluindo os cursos, que seja clara, precise, objetiva, atualizada e facilmente acessível.	
1.9 On-going monitoring and periodic review of programmes <i>Institutions should monitor and periodically review their programmes to ensure that they achieve the objectives set for them and respond to the needs of students and society. These reviews should lead to continuous improvement of the programme. Any action planned or taken as a result should be communicated to all those concerned.</i>	Processo académico anual da UC no Balcão Virtual Relatórios de autoavaliação anual dos ciclos de estudos Atas das reuniões das Comissões de Curso
1.9 Monitorização contínua e revisão periódica dos cursos As instituições devem monitorizar e rever periodicamente os seus cursos de modo a garantir que cumprem os objetivos respetivos e que respondem as necessidades dos estudantes e da sociedade. Estas revisões devem conduzir à melhoria contínua do curso. Qualquer ação planeada ou implementada daí resultante deve ser comunicada a todos os interessados.	
1.10 Cyclical external quality assurance <i>Institutions should undergo external quality assurance in line with the ESG on a cyclical basis.</i>	http://www.ubi.pt/Entidade/Avaliacao http://www.ubi.pt/Entidade/A3ES
1.10 Garantia externa da qualidade periódica As instituições devem submeter-se periodicamente a processos de garantia externa da qualidade em conformidade com os ESG.	



Referenciais da A3ES¹⁶

R1 Definição da política e objetivos de qualidade

A instituição consolidou uma cultura de qualidade, apoiada numa política e em objetivos de qualidade formalmente definidos e publicamente disponíveis.

R2 Definição e garantia da qualidade da oferta formativa

A instituição dispõe de mecanismos para a avaliação e renovação da sua oferta formativa, tendo desenvolvido metodologias para a aprovação, acompanhamento e revisão periódica dos seus cursos e graus.

R3 Garantia da qualidade das aprendizagens e apoio aos estudantes

A instituição está dotada de procedimentos que permitem promover e comprovar a qualidade do ensino que empreende e garantir que este tem como finalidade fundamental favorecer a aprendizagem dos estudantes.

R4 Investigação e desenvolvimento/investigação orientada e desenvolvimento profissional de alto nível

A instituição está dotada de mecanismos para promover, avaliar e melhorar a atividade científica, tecnológica, artística e de desenvolvimento profissional de alto nível adequada à sua missão institucional.

R5 Relações com o exterior

A instituição está dotada de mecanismos para promover, avaliar e melhorar a colaboração interinstitucional e com a comunidade, nomeadamente quanto ao seu contributo para o desenvolvimento regional e nacional.

¹⁶ Importância e Grau de Implementação dos Referenciais da A3ES nas Instituições de Ensino Superior Portuguesas; Rosa, Maria João; Sarrico, Cláudia S.; Machado, Isabel; Costa, Carolina; Lisboa, A3ES, 2015.



R6 Recursos humanos

A instituição conta com mecanismos apropriados para assegurar que o recrutamento, gestão e formação do seu pessoal docente e pessoal de apoio se efetua com as devidas garantias de qualificação e competência para que possam cumprir com eficácia as funções que lhes são próprias.

R7 Recursos materiais e serviços

A instituição está dotada de mecanismos que lhe permitem planear, gerir e melhorar os serviços e recursos materiais com vista ao desenvolvimento adequado das aprendizagens dos estudantes e demais atividades científico-pedagógicas.

R8 Sistemas de Informação

A instituição está dotada de mecanismos que permitem garantir a recolha, análise e utilização dos resultados e de outra informação relevante para a gestão eficaz dos cursos e demais atividades.

R9 Informação pública

A instituição está dotada de mecanismos que permitem a publicação periódica de informação atualizada, imparcial e objetiva, tanto quantitativa como qualitativa, acerca dos cursos, graus e diplomas oferecidos e das demais atividades que desenvolve.

R10 Internacionalização

A instituição está dotada de mecanismos para promover, avaliar e melhorar as suas atividades de cooperação internacional



Anexo II

II.1. Órgãos de Governo da UBI

II.1.1. Conselho Geral

II.1.1.1. Composição

1. O Conselho Geral é composto por 29 membros, com a seguinte distribuição:
 - a. 15 Representantes dos professores e investigadores oriundos de todas as faculdades;
 - b. 5 Representantes dos estudantes;
 - c. 8 Personalidades externas;
 - d. 1 Representante do pessoal não docente e não investigador.
2. Os membros a que se referem as alíneas a) e b) do número anterior são eleitos, respetivamente, pelos professores e investigadores e pelos estudantes da Universidade, pelo sistema de representação proporcional.
3. Os membros a que se refere a alínea c) do nº 1 são cooptados pelo conjunto dos membros referidos nas alíneas a), b) e d) do mesmo número, por maioria absoluta, com base em propostas fundamentadas subscritas por, pelo menos, um terço daqueles membros.
4. O representante do pessoal não docente e não investigador será eleito pelos funcionários, por maioria absoluta, realizando-se uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados se, na primeira volta, o candidato mais votado não obtiver mais de 50% dos votos expressos.
5. As funções de membro do Conselho Geral são incompatíveis com as de membro do Senado, do Conselho de Gestão, de Vice-Reitor, Pró-Reitor, Provedor do Estudante e de estudante trabalhador com relação laboral com a UBI, na qualidade de estudante.

II.1.1.2. Competências

1. Compete ao Conselho Geral:
 - a. Eleger o seu Presidente, por maioria absoluta, de entre os membros a que se refere a alínea c) do nº 1 do Art.º 12º;
 - b. Aprovar o seu regimento¹⁷;
 - c. Aprovar as alterações dos Estatutos, nos termos do Artigo 57º dos presentes Estatutos;
 - d. Organizar o procedimento de eleição e eleger o Reitor;
 - e. Apreciar os atos do Reitor e do Conselho de Gestão;
 - f. Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Instituição;
 - g. Desempenhar as demais funções previstas na lei ou nos Estatutos;
 - h. Nomear o Provedor do Estudante, aprovar o regulamento das suas atividades e apreciar o respetivo relatório.

¹⁷ O Regimento do Conselho Geral encontra-se disponível em:
https://www.ubi.pt/Ficheiros/PDF/Conteudos/Regimento_final.pdf



2. Compete ao Conselho Geral, sob proposta do Reitor:
 - a. Aprovar os planos estratégicos de médio prazo e o plano de ação para o quadriénio do mandato do Reitor;
 - b. Aprovar as linhas gerais de orientação da Instituição no plano científico, pedagógico, financeiro e patrimonial;
 - c. Criar, transformar ou extinguir unidades, subunidades orgânicas e centros;
 - d. Aprovar a criação ou participação nas entidades previstas no Artº 8º destes Estatutos;
 - e. Aprovar os planos anuais de atividades e apreciar o relatório anual de atividades da Instituição;
 - f. Aprovar a proposta de orçamento;
 - g. Aprovar as contas anuais consolidadas, acompanhadas do parecer do fiscal único;
 - h. Fixar as propinas devidas pelos estudantes;
 - i. Propor ou autorizar, conforme disposto na lei, a aquisição ou alienação de património imobiliário da Instituição, bem como as operações de crédito;
 - j. Pronunciar-se sobre os restantes assuntos que lhe forem apresentados pelo Reitor.
3. As deliberações a que se referem as alíneas a) a d) e g) do nº 2 são obrigatoriamente precedidas pela apreciação de um parecer, a elaborar e aprovar pelos membros externos a que se refere a alínea c) do nº 1 do Art.º 12º.
4. As deliberações do Conselho Geral são aprovadas por maioria simples, ressalvados os casos em que a lei ou os Estatutos requeiram maioria absoluta ou outra mais exigente.
5. Em todas as matérias da sua competência, o Conselho Geral pode solicitar pareceres a outros órgãos da Instituição ou das suas unidades orgânicas, nomeadamente aos órgãos de natureza Consultiva.

II.1.1.3. Competência do Presidente do Conselho Geral

1. Compete ao Presidente do Conselho Geral:
 - a. Convocar e presidir às reuniões;
 - b. Declarar ou verificar as vagas no Conselho Geral e proceder às substituições devidas, nos termos dos Estatutos;
 - c. Desempenhar as demais tarefas que lhe forem cometidas pelos Estatutos.
2. O Presidente do Conselho Geral não interfere no exercício das competências dos demais órgãos da Instituição, não lhe cabendo representá-la nem pronunciar-se em seu nome.

II.1.1.4. Funcionamento do Conselho Geral

1. O Conselho Geral reúne ordinariamente quatro vezes por ano, além das reuniões extraordinárias convocadas pelo seu Presidente, por sua iniciativa, ou ainda de um terço dos seus membros.



2. Por decisão do Conselho Geral, podem participar nas reuniões, sem direito a voto:
 - a. Os Presidentes das faculdades e dos institutos de investigação;
 - b. Personalidades convidadas para se pronunciarem sobre assuntos da sua especialidade.
3. O Reitor participa nas reuniões do Conselho Geral, sem direito a voto.

II.1.2. Reitor

II.1.2.1. Funções

1. O Reitor da Universidade é o órgão superior de governo e de representação externa da Instituição;
2. O Reitor é o órgão de condução da política da Universidade e preside ao Conselho de Gestão.

II.1.2.2. Competências

1. O Reitor dirige e representa a Universidade, incumbindo-lhe designadamente:
 - a. Elaborar e apresentar ao Conselho Geral as propostas de:
 - i. Plano estratégico de médio prazo e plano de ação para o quadriénio do seu mandato¹⁸;
 - ii. Linhas gerais de orientação da Instituição no plano científico e pedagógico¹⁹;
 - iii. Plano e Relatório anuais de atividades²⁰;
 - iv. Orçamento e contas anuais consolidadas acompanhadas do parecer do fiscal único;
 - v. Aquisição ou alienação de património imobiliário da Instituição e de operações de crédito;
 - vi. Criação, transformação ou extinção de unidades, subunidades orgânicas e centros;
 - vii. Propinas devidas pelos estudantes;
 - viii. Criação das entidades referidas no Art.º 8º dos presentes Estatutos;
 - b. Aprovar a criação, suspensão e extinção de cursos;
 - c. Aprovar os valores máximos de novas admissões e de inscrições aos diferentes ciclos de estudos;
 - d. Superintender na gestão académica, decidindo, designadamente, quanto à abertura de concursos, à nomeação e contratação de pessoal, a qualquer título, à designação dos júris de concursos e de provas académicas e ao sistema e regulamentos de avaliação de docentes e discentes;

¹⁸ Disponível em: http://www.ubi.pt/Entidade/Docs_Estr

¹⁹ *Idem, ibidem.*

²⁰ *Idem, ibidem.*



- e. Orientar e superintender na gestão administrativa e financeira da Instituição, assegurando a eficiência no emprego dos seus meios e recursos;
 - f. Superintender nos Serviços de Ação Social e nomear e exonerar o respetivo Administrador;
 - g. Atribuir apoios aos estudantes no quadro da ação social escolar, nos termos da lei;
 - h. Aprovar a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
 - i. Instituir prémios escolares;
 - j. Homologar as eleições e designações dos membros dos órgãos de gestão das unidades orgânicas com órgãos de governo próprio, só o podendo recusar com base em ilegalidade, e dar-lhes posse;
 - k. Nomear e exonerar, nos termos da lei e dos Estatutos, os dirigentes das unidades orgânicas;
 - l. Nomear e exonerar, nos termos da lei e dos Estatutos, o Administrador e os dirigentes dos serviços da Instituição;
 - m. Exercer o poder disciplinar, em conformidade com o disposto na lei e nos Estatutos;
 - n. Assegurar o cumprimento das deliberações tomadas pelos órgãos colegiais da Instituição;
 - o. Aprovar os regulamentos previstos na lei e nos Estatutos, sem prejuízo do poder regulamentar das unidades orgânicas no âmbito das suas competências próprias;
 - p. Velar pela observância das leis, dos Estatutos e dos regulamentos;
 - q. Propor as iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da Instituição;
 - r. Desempenhar as demais funções previstas na lei e nos Estatutos;
 - s. Comunicar ao ministro da tutela todos os dados necessários ao exercício desta, designadamente os planos e orçamentos e os relatórios de atividades e contas;
 - t. Tomar as medidas necessárias à garantia da qualidade do ensino e da investigação na Instituição e nas suas unidades orgânicas;
 - u. Representar a Instituição em juízo ou fora dele.
- 2. Cabem ainda ao Reitor todas as competências que, por lei ou pelos Estatutos, não sejam atribuídas a outros órgãos da Instituição.
 - 3. O Reitor pode, nos termos da lei e dos Estatutos, delegar nos Vice-Reitores e nos órgãos de gestão da Instituição ou das suas unidades orgânicas as competências que se revelem necessárias a uma gestão eficiente.

II.1.3. Conselho de Gestão

II.1.3.1. Composição

- 1. O conselho de gestão é designado e presidido pelo Reitor, sendo composto por dois Vice-Reitores, o Administrador e o dirigente das áreas financeira, contabilística e patrimonial.
- 2. Podem ser convocados para participar, sem direito a voto, nas reuniões do conselho de gestão, os presidentes ou diretores das unidades orgânicas, os



responsáveis pelas subunidades orgânicas e pelos serviços da Instituição, e representantes dos estudantes e do pessoal não docente e não investigador.

II.1.3.2. Competência

1. Compete ao Conselho de Gestão conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da Instituição, bem como a gestão dos recursos humanos, sendo-lhe aplicável a legislação em vigor para os organismos públicos dotados de autonomia administrativa.
2. Compete ainda ao Conselho de Gestão fixar taxas e emolumentos.
3. O Conselho de Gestão pode delegar nos seus membros, nos órgãos próprios das unidades orgânicas e nos dirigentes dos serviços as competências consideradas necessárias a uma gestão eficiente.

II.2. Órgãos consultivos da UBI

II.2.1. Senado

II.2.1.1. Composição

1. O Senado é presidido pelo Reitor e tem a seguinte composição:
 - a. Reitor;
 - b. Vice-Reitores;
 - c. Presidentes das Unidades Orgânicas;
 - d. Administrador;
 - e. Administrador dos Serviços de Ação Social;
 - f. Presidente da Associação Académica da UBI;
 - g. Representante do pessoal não docente e não investigador;
 - h. Um estudante por cada Faculdade.
2. O Reitor poderá ainda convidar individualidades a participar nas reuniões do Senado.
3. O Senado pode funcionar em plenário e organizar-se em secções, sendo desde já criadas as seguintes:
 - a. Secção Científica;
 - b. Secção Pedagógica;
 - c. Secção Disciplinar.

II.2.1.2. Competências

Compete ao Senado pronunciar-se sobre:

- a. Linhas gerais de orientação no plano científico e pedagógico;
- b. Criação, transformação ou extinção de unidades e subunidades orgânicas;
- c. Propinas devidas pelos estudantes;
- d. A criação, suspensão e extinção de cursos;
- e. Os valores máximos de novas admissões e inscrições aos diferentes ciclos de estudos;
- f. A concessão de títulos ou distinções honoríficas;



- g. A instituição de prémios escolares;
- h. Análise dos processos disciplinares e proposta de pena disciplinar a aplicar a docentes, investigadores, funcionários e alunos;
- i. Outros assuntos que o Reitor entenda dever submeter-lhe.

II.2.1.3. Funcionamento

O modo de funcionamento, periodicidade das reuniões do plenário e das secções e o estabelecimento das suas competências, sem prejuízo do disposto no Artigo 50º dos Estatutos são objeto de regulamento aprovado pelo Reitor²¹.

II.3 Provedor do Estudante

O Provedor do Estudante²² tem por função garantir a defesa e a promoção dos direitos e interesses legítimos dos alunos perante os órgãos e serviços da Universidade.

II.3.1. Competência

1. Compete ao Provedor do Estudante:
 - a. Receber e apreciar queixas e reclamações relativamente aos Órgãos e Serviços da Universidade e Entidades a ela associadas;
 - b. Elaborar, para cada situação, um relatório, contendo um parecer de recomendações, a apresentar, conforme os casos, aos Presidentes dos Órgãos de Gestão das Unidades Orgânicas, ao Reitor ou ao Conselho Geral;
 - c. Dar informação, por solicitação dos Órgãos e Serviços da Universidade, sobre quaisquer matérias relacionadas com a sua atividade;
 - d. Elaborar no final de cada semestre letivo um relatório da sua atividade²³, remetendo-o ao Reitor e ao Conselho Geral.
 - e. Propor alterações às normas e procedimentos vigentes sempre que as mesmas dificultem a interação entre os estudantes e os restantes agentes, ou conduzam a situações de falta de equidade entre o corpo discente.

II.4. Órgãos das Faculdades

II.4.1. Presidente

1. O Presidente da Faculdade é eleito pelo Conselho da Faculdade, de entre os docentes e investigadores em efetividade de funções na Faculdade, após terem apresentado a sua candidatura.

²¹ Despacho Reitoral nº 6/2010, de 28 de janeiro

(<https://www.ubi.pt/Ficheiros/Entidades/91034/Regulamento%20do%20Senado.pdf>)

²² O Regulamento do Provedor do Estudante encontra-se disponível em:

http://www.ubi.pt/Entidade/Provedor_do_Estudante

²³ Os relatórios de atividades do Provedor do Estudante encontram-se disponíveis *ibidem*.



2. As funções de Presidente da Faculdade são incompatíveis com as de membro do Conselho de Faculdade, de membro vogal do Conselho Científico e de membro vogal do Conselho Pedagógico.

II.4.1.1. Competência

3. Compete a cada Presidente de Faculdade:
 - a. Representar a Faculdade perante os demais órgãos da Instituição e perante o exterior;
 - b. Dirigir os serviços da Faculdade e aprovar os necessários regulamentos;
 - c. Aprovar o calendário e horário das tarefas letivas, ouvidos o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico;
 - d. Executar as deliberações do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico, quando vinculativas;
 - e. Exercer o poder disciplinar que lhe seja atribuído pelos Estatutos ou delegado pelo Reitor;
 - f. Elaborar o orçamento e o plano de atividades, bem como o relatório de atividades e as contas;
 - g. Exercer as funções que lhe sejam delegadas pelo Reitor.
4. Compete ao Presidente a designação de um a dois docentes doutorados para o coadjuvarem nas suas funções, sendo-lhes atribuída a designação de Vice-Presidente.

II.4.2. Conselho Científico

II.4.2.1. Composição

1. O Conselho Científico é composto pelo Presidente da Faculdade, que o preside, e por um máximo de vinte e quatro (24) elementos a eleger de acordo com a lei e estes Regulamentos, sendo eles:
 - a. Dez (10) membros representantes do conjunto de professores e investigadores de carreira, e restantes docentes e investigadores em regime de tempo integral, da Faculdade, titulares do grau de doutor;
 - b. Os Coordenadores Científicos das Unidades de Investigação e os Investigadores Responsáveis, na UBI, dos Polos de Unidades de Investigação ou Laboratórios Associados protocolados, avaliados positivamente, integrados na Faculdade;
 - c. Os Presidentes dos Departamentos integrados na Faculdade.

II.4.2.2. Competência

1. Compete ao Conselho Científico:
 - a. Elaborar o seu regimento;
 - b. Apreciar o plano de atividades científicas da Faculdade;
 - c. Pronunciar-se sobre a criação, transformação ou extinção da Faculdade e das suas subunidades orgânicas;
 - d. Pronunciar-se sobre a criação de unidades ou subunidades orgânicas, em que estejam envolvidos membros da Faculdade;



- e. Deliberar sobre a designação dos Diretores de Curso, sujeitando-a a homologação do Reitor;
 - f. Deliberar sobre a distribuição do serviço docente, sujeitando-a a homologação do Reitor;
 - g. Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os planos de estudos dos ciclos de estudos ministrados;
 - h. Propor ou pronunciar-se sobre a concessão de títulos ou distinções honoríficas;
 - i. Propor ou pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
 - j. Propor ou pronunciar-se sobre a realização de acordos e de parcerias internacionais;
 - k. Propor a composição dos júris de provas e de concursos académicos;
 - l. Praticar os outros atos previstos na lei relativos à carreira docente e de investigação e ao recrutamento de pessoal docente e de investigação.
2. Os membros do Conselho Científico não podem pronunciar-se sobre assuntos referentes a:
- a. Atos relacionados com a carreira de docentes com categoria superior à sua;
 - b. A concursos ou provas em relação aos quais reúnam as condições para serem opositores.

II.4.3. Conselho Pedagógico

II.4.3.1. Composição

- 1. O Conselho Pedagógico é constituído por representantes do corpo de docentes e por igual número de representantes do corpo dos estudantes.
- 2. De acordo com o artigo 37º dos estatutos, assume a presidência do Conselho Pedagógico o Presidente da Faculdade.
- 3. Os membros representantes do corpo de docentes, à exceção do Presidente da Faculdade, que preside, são escolhidos da seguinte forma:
 - a. Três (3) representantes dos Diretores de Curso de 1º ciclo e mestrados integrados, a eleger entre os seus pares;
 - b. Dois (2) representantes dos Diretores de Curso de 2º ciclo, a eleger entre os seus pares;
 - c. Um (1) representante dos Diretores de Curso de 3º ciclo, a eleger entre os seus pares.

II.4.3.2. Competência

São competências do Conselho Pedagógico:

- a. Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação;
- b. Promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da Faculdade e a sua análise e divulgação;
- c. Promover a realização da avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, por estes e pelos estudantes, e a sua análise e divulgação;



- d. Apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias;
- e. Aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- f. Pronunciar-se sobre o regime de prescrições;
- g. Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;
- h. Pronunciar-se sobre a instituição de prémios escolares;
- i. Pronunciar-se sobre o calendário letivo e os mapas de exames da unidade orgânica ou da Instituição.

II.4.4. Conselho da Faculdade

II.4.4.1. Composição

1. O Conselho da Faculdade é, nos termos do artigo 38º dos Estatutos da UBI, um órgão representativo constituído por 15 membros, com a seguinte composição:
 - a. 10 representantes dos docentes e investigadores;
 - b. 4 representantes eleitos dos estudantes;
 - c. 1 representante eleito do pessoal não docente e não investigador.
2. Assume a presidência do Conselho da Faculdade o docente ou investigador eleito por maioria absoluta dos membros do Conselho.

II.4.4.2. Competência

1. Compete ao Conselho de Faculdade:
 - a. Aprovar o seu regimento;
 - b. Emitir parecer sobre o Plano de Atividades da Faculdade, elaborado pelo Presidente da Faculdade, de acordo com o Plano de Ação para o quadriénio e com o Plano Estratégico da UBI;
 - c. Aprovar o relatório de atividades da Faculdade;
 - d. Eleger o Presidente da Faculdade, por maioria absoluta;
 - e. Pronunciar-se quanto aos assuntos relevantes da Faculdade, por proposta do Reitor, do Presidente da Faculdade ou dos membros do Conselho de Faculdade.

II.5. Subunidades orgânicas de ensino

II.5.1. Departamentos

1. A Faculdade integra Departamentos, os quais são unidades de ensino graduado e pós-graduado, tendo a seu cargo o funcionamento dos cursos de 1º, 2º e 3º ciclos de estudos da sua área científica, bem como o apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico e à divulgação da cultura nos domínios que lhe são próprios, compreendidos na missão da Universidade.
2. O Departamento é presidido por um professor de carreira, em regime de tempo integral, habilitado com o grau de doutor, eleito nos termos do n.º 4 do artigo 8º do Regulamento das Faculdades.



3. O Presidente pode, se o desejar, nomear um docente do Departamento para o coadjuvar como Vice-Presidente.

II.5.1.1. Órgãos e competências dos departamentos

1. O Departamento terá os seguintes órgãos:
 - a. Presidente;
 - b. Comissão Científica;
 - c. Diretor de Curso;
 - d. Comissões de Curso.

II.5.1.1.1. Presidente

1. Ao Presidente de Departamento compete:
 - a. Presidir à Comissão Científica Departamental;
 - b. Elaborar o Plano Anual de Atividades do Departamento;
 - c. Coordenar as atividades do Departamento, designadamente as previstas no plano anual de atividades, à exceção da coordenação de cursos;
 - d. Elaborar a distribuição anual de serviço docente e submetê-la à apreciação da Comissão Científica Departamental;
 - e. Apoiar e supervisionar a elaboração dos horários das atividades letivas pelos Diretores de Curso, cumprindo as diretivas emanadas pela Reitoria;
 - f. Propor a designação dos Diretores de Curso, de entre os professores com o grau de doutor, em regime de tempo integral e da área de especialidade do curso;
 - g. Propor, fundamentadamente, a exoneração dos Diretores de Curso;
 - h. Zelar pela boa gestão dos recursos humanos e materiais do Departamento;
 - i. Submeter à aprovação da Comissão Científica Departamental as propostas a apresentar, enquanto Presidente do Departamento, no Conselho Científico da Faculdade, sobre: contratação de pessoal docente, criação e alteração de ciclos de estudo, composição de júris de provas de doutoramento, de agregações e de concursos académicos;
 - j. Pronunciar-se sobre qualquer assunto por solicitação dos órgãos da Faculdade.
2. Os Presidentes de Departamento podem, extraordinariamente, assumir a direção de cursos da sua área de especialidade.

II.5.1.1.2. Comissões Científicas Departamentais

1. São competências das Comissões Científicas Departamentais:
 - a. Eleger o Presidente de Departamento;
 - b. Pronunciar-se sobre a designação dos Diretores de Curso, proposta pelo Presidente de Departamento;
 - c. Emitir parecer sobre a distribuição de serviço docente anual e ratificação das suas alterações;



- d. Pronunciar-se sobre os assuntos previstos na alínea i) das competências do Presidente de Departamento e outros que este entenda submeter.
2. Integram as Comissões Científicas Departamentais o conjunto de professores e investigadores, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, desde que titulares do grau de doutor, afetos ao Departamento, qualquer que seja a natureza do seu vínculo à instituição.

II.5.1.1.3. Diretores de Curso

1. Compete ao Diretor de Curso:
 - a. Presidir às Comissões de Curso;
 - b. Propor a constituição das Comissões de Curso ao Presidente de Departamento, de entre os professores oriundos das áreas científicas representativas do curso;
 - c. Adjuvar o Presidente do Departamento responsável pelo curso na elaboração da distribuição de serviço docente do curso ou, no caso de cursos de natureza interdepartamental, articular-se com os Presidentes de Departamentos que participam no curso para a elaboração da distribuição de serviço docente;
 - d. Propor à Comissão Científica o regulamento do curso;
 - e. Zelar pelo bom funcionamento dos cursos, nomeadamente nos seus aspetos científicos, pedagógicos e organizativos;
 - f. Pronunciar-se sobre qualquer assunto relacionado com o funcionamento do curso, por solicitação dos órgãos da Faculdade.
 - g. Elaborar um relatório anual de autoavaliação do curso, incluindo uma análise dos pontos fortes e fracos, e propostas de atuação futura.

II.5.1.1.4. Comissões de Curso

II.5.1.1.4.1. Composição e funcionamento

1. A Comissão de Curso dos primeiros ciclos, segundos ciclos e mestrados integrados é composta pela:
 - a. Comissão Científica do Curso;
 - b. Comissão de Coordenação Pedagógica.
2. A Comissão de Curso dos terceiros ciclos é constituída apenas pela Comissão Científica do Curso.
3. A Comissão Científica do Curso é constituída pelo Diretor de Curso, que preside, e por 3 (três) a 8 (oito) professores do curso, oriundos das áreas científicas que integram os cursos.
4. A designação do Diretor de Curso é proposta pelo Presidente de Departamento, sendo objeto de deliberação dos Conselhos Científicos e posterior homologação por parte do Reitor.
5. A constituição da Comissão Científica do Curso é proposta pelo Diretor de Curso, para aprovação nos Conselhos Científicos e homologação pelo Reitor.
6. A Comissão de Coordenação Pedagógica é constituída pelo Diretor de Curso, pelos Professores Coordenadores de ano e pelos delegados de cada ano.



7. O Professor Coordenador de ano é designado pelo Diretor de Curso de entre os professores da Comissão Científica do Curso que lecionam nesse ano.
8. O Delegado de cada ano é um aluno eleito pelos seus pares, sendo a sua eleição promovida pelo respetivo Coordenador, em articulação com o Diretor de Curso.
9. As Comissões Científicas dos terceiros ciclos devem incluir um membro integrado da Unidade de Investigação da respetiva área científica do ciclo de estudos.
10. As Comissões de Curso reúnem ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que necessário, por convocatória do Diretor de Curso.
11. As Comissões Científicas do Curso têm um mandato de dois anos, igual ao dos Diretores de Curso. As Comissões de Coordenação Pedagógica têm um mandato de um ano.
12. Nos ciclos de estudos da responsabilidade de diversos departamentos deverá existir rotatividade na Direção do Curso.
13. A Comissão de Curso pode ainda apoiar-se em subcomissões de curso.

II.5.1.1.4.2. Competência

1. Compete à Comissão Científica do Curso:
 - a. Promover a articulação entre os conteúdos programáticos das diversas unidades curriculares e os respetivos objetivos de ensino/aprendizagem tendo em conta os objetivos gerais de formação;
 - b. Colaborar na preparação das propostas de alteração dos planos de estudos do curso, a submeter, para aprovação, ao Conselho Científico da Faculdade;
 - c. Contribuir para a promoção nacional e internacional do curso;
 - d. Analisar as metodologias, critérios de avaliação e resultados da aprendizagem nas diferentes unidades curriculares;
 - e. Identificar anomalias no funcionamento do curso e propor medidas para as resolver;
 - f. Organizar os processos de equivalência de unidades curriculares e de planos individuais de estudo;
 - g. Colaborar, se aplicável, na elaboração da proposta de júris de provas académicas a apresentar aos Conselhos Científicos;
 - h. Aconselhar o Diretor de curso em todos os assuntos para os quais é consultada;
 - i. Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pelo Conselho Científico, pelo Conselho Pedagógico ou Presidente da Faculdade.
2. Compete à Comissão de Coordenação Pedagógica:
 - a. Verificar o normal funcionamento do curso e propor ao Diretor do Curso medidas que visem ultrapassar eventuais dificuldades funcionais;
 - b. Servir de primeira instância na resolução de conflitos de caráter pedagógico que surjam no âmbito do curso



II.6. Órgãos do Instituto Coordenador de Investigação

II.6.1. Presidente

2. O Presidente do ICI é, de acordo com o nº 1 do Artigo 7º dos Estatutos da UBI, livremente nomeado e exonerado pelo Reitor, sendo o limite do seu mandato o do Reitor.
3. Compete ao Reitor, por proposta do Presidente, a designação de um a dois membros do Conselho Científico do ICI para o coadjuvarem nas suas funções, sendo-lhes atribuída a designação de Vice-Presidente.
4. Compete ao Presidente:
 - a. Garantir que o ICI siga a linha estratégica da UBI proposta pelo Reitor, aprovada em Conselho Geral, e nessa conformidade, propor as linhas gerais de orientação do ICI e do respetivo Plano Estratégico a apreciar pelo Conselho Científico;
 - b. Representar o ICI perante os demais órgãos da Universidade e perante o exterior;
 - c. Assegurar a presidência do Conselho Científico;
 - d. Gerir os meios humanos, materiais e financeiros postos à disposição do ICI;
 - e. Elaborar o orçamento e o plano de atividades do ano seguinte, o qual após apreciação pelo Conselho Científico remete para ao Presidente do Conselho Científico de cada Faculdade e Reitor, para os efeitos tidos como convenientes;
 - f. Elaborar o relatório de atividades e contas do ano anterior, que envia ao Reitor, após apreciação pelo Conselho Científico;
 - g. Executar as deliberações do Conselho Científico;
 - h. Convocar as reuniões do Conselho Científico;
 - i. Propor ao Reitor a composição da Comissão de Acompanhamento, auscultado o Conselho Científico do ICI;
 - j. Exercer as demais funções previstas na Lei, nos Estatutos da UBI e na regulamentação e as delegadas pelo Reitor;
5. O Presidente pode nomear um docente doutorado como Secretário do Conselho Científico para o coadjuvar no exercício das suas funções.

II.6.2. Conselho Científico

1. O Conselho Científico do ICI é constituído por:
 - a. Presidente;
 - b. Coordenadores Científicos eleitos de cada uma das Unidades de Investigação e Desenvolvimento Próprias que integram o ICI, nos termos do artigo 4, nº 2 do Regulamento do ICI;
 - c. Representantes de Unidades de Investigação e Desenvolvimento Associadas (Polos e Delegações) que integram o ICI, nos termos do artigo 4º nº 6 do Regulamento do ICI, indicados pelos respetivos coordenadores científicos ou equiparados;
 - d. Até dez professores, sendo que cada Faculdade será representada por dois docentes, sendo um deles o respetivo Presidente e o outro



- preferencialmente um Diretor de Terceiro Ciclo, eleito pelo Conselho Científico. Estes professores não poderão acumular funções com representantes dos cargos referidos nas alíneas a), b) e c).
2. Nos termos do nº 1 do artigo 42º dos Estatutos da UBI, o Conselho Científico do ICI é constituído por um máximo de 25 elementos.
 - 2.1. Preside ao Conselho Científico, por inerência, o Presidente do ICI.
 3. Compete ao Conselho Científico do ICI:
 - a. Elaborar o seu Regulamento;
 - b. Pronunciar-se sobre as linhas gerais de orientação do ICI e o respetivo Plano Estratégico;
 - c. Pronunciar-se sobre a integração de novas Unidades de Investigação e Desenvolvimento, Próprias ou Associadas;
 - d. Emitir parecer sobre os Regulamentos das Unidades de Investigação e Desenvolvimento que o integram;
 - e. Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente.
 4. Todas as deliberações do Conselho Científico são aprovadas por maioria dos membros presentes, tendo o Presidente do Conselho Científico voto de qualidade.
 5. O Conselho Científico do ICI reúne, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que for convocado:
 - a. Pelo Presidente;
 - b. A requerimento de, pelo menos, dois terços dos seus membros.
 6. A comparência às reuniões do Conselho Científico do ICI tem precedência sobre todas as demais atividades, salvo aulas, exames, participação em júris de provas e concursos e a presença em órgãos de governo da Universidade.
 7. As convocatórias são efetuadas, preferencialmente, por via eletrónica, acompanhadas, sendo o caso, dos documentos pertinentes em formato eletrónico, devendo garantir-se a acusação de receção por parte do convocado.

II.6.3. Comissão de Acompanhamento

1. Junto do Conselho Científico do ICI funciona a Comissão de Acompanhamento, à qual compete aconselhar aquele no exercício das respetivas competências.
2. A Comissão de Acompanhamento é composta por personalidades de prestígio, até um total de cinco, sem efetividade de serviço na UBI, designadas pelo Conselho Científico do ICI.
3. O presidente do ICI, no início do respetivo mandato, mediante prévia consulta ao Conselho Científico, constitui a Comissão de Acompanhamento, exercendo, os seus membros, funções consultivas durante o mesmo mandato.
4. Incumbe à Comissão de Acompanhamento:
 - a. Pronunciar-se sobre o Plano Estratégico do ICI e aconselhar relativamente à definição de estratégias e adoção de iniciativas relevantes para a prossecução dos seus objetivos;
 - b. Emitir pareceres e recomendações não vinculativas sobre as atividades desenvolvidas pelo ICI, com periodicidade anual;
 - c. Outros assuntos de natureza estratégica, no âmbito da área de atuação do ICI.



Anexo III

Procedimento de Proposta de Novo Ciclo de Estudos

Ação/ões		Responsável/eis
1	Reflexão sobre a proposta de um NCE avançada pelo PD	CCD
2	Designação da pessoa/equipa responsável pela instrução da proposta	PD
3	Pedido do formulário ao GQ	PD ou PEP
4	Envio do formulário ao PD ou PEP	GQ
5	Desenho do NCE e Preenchimento do formulário de proposta de NCE, para apresentação nos órgãos decisores	DC
6	Parecer sobre a proposta de NCE	CCD, CP, CC, Senado
7	Aprovação da proposta de criação de NCE	Reitor
8	Pedido de abertura do processo NCE à A3ES	GQ
9	Preenchimento do processo NCE	PEP
10	Submissão do processo NCE	Pró-reitora
11	Envio do Relatório Preliminar/Final da CAE da A3ES ao PF, PD e PEP	GQ
12	Instrução da pronúncia/recurso, se aplicável	PEP
13	Envio à A3ES da pronúncia/recurso	Pró-reitora
14	Envio da decisão da A3ES ao PF, PD e PEP	GQ
15	Preparação do Despacho reitoral de criação, se aplicável	GQ
16	Instrução do processo do pedido de registo do NCE e envio à DGES, se aplicável	GQ



17	Registo do NCE, se aplicável	DGES
18	Preparação e submissão do ato para publicação em Diário da República, se aplicável	GQ
19	Inserção do NCE no Sistema de Informação Académica, se aplicável.	SI ou GQ

Legenda:

CC - Conselho Científico

CP - Conselho Pedagógico

DC - Diretor de Curso

GQ - Gabinete da Qualidade

PD - Presidente de
Departamento

SI - Serviços de Informática

PEP - Pessoa encarregue do
Pedido

CCD - Comissão Científica
Departamental

NCE - Novo ciclo de estudos



Anexo IV

Procedimento de Pedido de Alteração de Ciclo de Estudos

Ação/ões		Responsável/eis
1	Discussão e desenho da alteração ao ciclo de estudos	CCurso
2	Comunicação da intenção de alteração e pedido de formulário de preenchimento	DC
3	Envio do formulário ao Diretor de Curso	GQ
4	Preenchimento do formulário de alteração	DC
5	Pronúncia sobre o plano de estudos (se aplicável)	CP
6	Aprovação do plano de estudos, caso tenha sido objeto de alteração	CC
7	Envio do formulário (<i>word</i>) e atas para o Gabinete de Qualidade	DC ou PD
8	Verificação dos documentos e análise do regime de transição	GQ
9	Elaboração do ofício do pedido de registo da alteração na DGES a ser assinado pelo Reitor e instrução do processo (formulários e anexos)	GQ
10	Envio por email, a partir do GQ, de todo o processo para bolonha.univpub@dges.mec.pt , colocando em Cc o Reitor, VREnsino e Gabinete do Reitor, em Bcc o Diretor de Curso, assinado pela Pró-reitora. Deve colocar-se no Assunto: UBI - Pedido de Registo de Alterações - N/Ref. 2015/GR/---	Pró-reitora
11	Resposta ao pedido de registo	DGES
12	Submissão do ato para publicação em Diário da República (em caso de deferimento), com estrutura curricular, plano de estudos e regime de transição	GQ
13	Inserção do plano de estudos da nova estrutura curricular e eventuais correspondências no Sistema de Informação Académica.	SI ou GQ

Legenda:

CC - Conselho Científico

CP - Conselho Pedagógico

DC - Diretor de Curso

GQ - Gabinete da Qualidade

PD - Presidente de
Departamento

SI - Serviços de Informática



Anexo V

Indicadores

Áreas de atuação (Processos)/ Dimensões de análise	Indicadores	Nível de agregação	Responsável/is pela informação
Ensino_Oferta	N.º de cursos (1.º, 2.º, 3.º ciclos. MI, CNCG)	CE/Fac./UBI	SA
Ensino_Oferta	% de CE acreditados pela A3ES	UBI	GQ
Ensino_Oferta	N.º de vagas por curso	CE/Fac./UBI	SA
Ensino_Procura	N.º de candidatos, colocados, matriculados, por fase (CNA)	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Ensino_Procura	Taxa de ocupação, por fase (CNA)	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Ensino_Qualificação	Classificações mínimas (CG), média e máxima, por fase	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Qualificação	N.º de Colocados 1.ª opção/N.º de vagas (%), 1.ª fase do CNA	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Ingresso	N.º de inscritos por regime de ingresso (1.º ciclo e MI)	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Ingresso	N.º de Inscritos 1.ª vez	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Ensino_Ingresso	Taxa de ocupação = N.º de inscritos 1.ª vez/N.º de vagas (%)	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Ensino_Caraterização Estudantes	N.º (%) de estudantes inscritos, por género, por idade	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Caraterização Estudantes	N.º (%) de estudantes inscritos, por ano curricular	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Caraterização Estudantes	N.º de estudantes inscritos, por distrito de proveniência	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Sucesso Escolar	N.º de avaliados/N.º de Inscritos; N.º de aprovados/N.º de avaliados (%)	UC	SA, SI, GQ
Ensino_Sucesso Escolar	Classificação média das aprovações	UC	SA, SI, GQ



Ensino_Abandono Escolar	Taxa de abandono	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Ensino_Eficiência Formativa	N.º (%) de estudantes que concluem em n, n+1, n+2 ou mais anos	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Eficiência Formativa	Mediana do n.º de anos para conclusão do CE	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Eficiência Formativa	N.º de diplomados de 1.º ciclo, 2.º ciclo, MI e 3.º ciclo	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Ensino_Eficiência Formativa	Classificação média dos diplomados	CE	SA, SI, GQ
Ensino_Empregabilidade	Nível de emprego (Dados DGEEC)	CE	GISP, GQ
Ensino_Empregabilidade	% de diplomados que obteve emprego até um ano após ter concluído o ciclo de estudos	CE	GISP, GQ
Responsabilidade Social	N.º de cursos em horário pós-laboral	UBI	SA
Responsabilidade Social	N.º(%) estudantes a tempo parcial	CE/Fac./UBI	SA
Responsabilidade Social	N.º(%) de estudantes com o estatuto de trabalhador estudante	CE/Fac./UBI	SA
Responsabilidade Social	N.º de estudantes candidatos a bolsas de ação social	CE/Fac./UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	N.º (%) de bolseiros de ação social (DGES)	CE/Fac./UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	% de bolsas concedidas = % N.º de bolseiros/N.º de candidatos (DGES)	UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	N.º de candidatos Fundo de Apoio Social	UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	N.º de bolseiros Fundo de Apoio Social	UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	N.º de residências, bares, refeitórios	UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	N.º anual de refeições	UBI	SASUBI
Responsabilidade Social	N.º de camas em residências	UBI	SASUBI, GRP
Responsabilidade Social	Taxa de ocupação, por residência e total	UBI	SASUBI, GRP
Articulação com a comunidade	N.º de eventos culturais, desportivos	UBI	SASUBI, GRP, Fac.



Articulação com a comunidade	N.º de acordos de cooperação local, regional e nacional	UBI	GR, GRP
Articulação com a comunidade	N.º de ações de formação	UBI	CFIUTE
I&D	N.º de UI reconhecidas pela FCT e respetivas classificações	UBI	ICI
I&D	N.º de pólos de Investigação sediados na UBI	UBI	ICI
I&D	N.º de Centros de Investigação/Inovação	UBI	GID
I&D	N.º de membros integrados e colaboradores, por UI da UBI	UBI	ICI
I&D	% de pessoal docente envolvido em UI e respetiva classificação	UBI	ICI, Fac.
I&D	N.º de prémios	UBI	Fac., GRP
I&D	N.º de publicações por categoria: artigos em revistas internacionais com revisão por pares; artigos em revistas nacionais com revisão por pares, livros e capítulos de livro com edição internacional; livros ou capítulos com edição nacional; publicações em atas de congressos nacionais; outras publicações.	Dep../Fac./UBI	Fac., ICI
I&D	N.º de estudantes de doutoramento	CE/Fac./UBI	SIA
I&D	N.º de doutoramentos concluídos	CE/Fac./UBI	SIA
I&D	N.º de projetos de I&D	UBI	ICI, GID
I&D	Receitas anuais para I&D, por fonte de financiamento	UBI	ICI, GID
I&D	N.º de patentes registadas	UBI	GID
I&D	N.º de spin-offs, start-ups, empresas âncoras	UBI	GID, UBIMedical, Fac.
I&D	N.º de Conferências, seminários ou outras iniciativas de cariz científica	Dep../Fac./UBI	Fac., GID, ICI
Internacionalização	N.º de cursos internacionais	UBI	SA
Internacionalização	N.º (%) de estudantes estrangeiros	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Internacionalização	N.º (%) de docentes estrangeiros	CE/Fac./UBI	SA, SI, GQ
Internacionalização	N.º (%) de estudantes em programas de mobilidade in	CE/Fac./UBI	GISP, SI, GQ



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Covilhã | Portugal

Internacionalização	N.º de docentes em mobilidade in	Dep..	GISP, Fac.
Internacionalização	N.º (%) de estudantes em programas de mobilidade out	CE/Fac./UBI	GISP, SI, GQ
Internacionalização	N.º de docentes em mobilidade out	CE/Dep../Fac./UBI	GISP, Fac.
Internacionalização	N.º de conferências internacionais	Fac.	Fac.
Recursos_Humanos	N.º (%) de docentes (Total e ETI), de carreira e especialmente contratado, por categoria	Dep../Fac./UBI	DRH
Recursos_Humanos	N.º de não docentes (PND)	Fac./UBI	DRH
Recursos_Humanos	N.º de horas de formação (PND); N.º de não docentes que tiveram formação	UBI	CFIUTE
Recursos_Financeiros	Orçamento; Receitas próprias	UBI	SAdmin.
Recursos_Financeiros	Valor da despesa e discriminação por rubricas	UBI	SAdmin.
Recursos_Físicos	Área útil total, por edifício, por espaços	UBI	ST
Recursos_Físicos	Acervo documental: n.º de livros, revistas, bases de dados, teses, dissertações,..	UBI	Biblioteca



Anexo VI

INQUÉRITO PEDAGÓGICO-UBI

Este inquérito pretende conhecer a sua opinião, enquanto estudante, relativamente à organização e funcionamento desta Unidade Curricular (UC) e ao desempenho do(s) docente(s). Ser-lhe-á ainda pedido um exercício de auto-avaliação relativamente ao seu desempenho nesta UC.

O inquérito é anónimo e a informação que resultar do seu tratamento destina-se a melhorar a qualidade do Ensino-Aprendizagem, pelo que a sua participação responsável é fundamental.

Avalie cada característica apresentada numa escala de **1 a 7**, onde 1 corresponde a um nível muito baixo e 7 a um nível muito elevado.

<u>Organização e Funcionamento da UC</u>	Muito Baixo/a			Médio/a			Muito Elevado/a
	1	2	3	4	5	6	7
Articulação entre as várias componentes da UC (teórica, teórico-prática, prática laboratorial, módulo, etc.)							
Relevância e clareza dos objetivos de aprendizagem							
Adequação dos materiais de apoio e bibliografia recomendados							
Valorização da participação dos estudantes nas atividades de aprendizagem							
Adequação das metodologias de avaliação							
Correspondência entre o volume de trabalho do estudante e o n.º de ECTS da UC							
Apreciação global da UC							

Em média, quantas horas por semana dedicou, ao longo do semestre/ano, a trabalhar para esta UC fora das horas letivas?

<u>Avaliação do Desempenho Pedagógico do Docente</u>	Muito Baixo/a			Médio/a			Muito Elevado/a
	1	2	3	4	5	6	7
Estabelecimento das regras de funcionamento e de avaliação da UC, no início do semestre/ano							
Organização e estruturação dos conteúdos e atividades da UC							
Clareza na exposição dos conteúdos programáticos							
Cumprimento dos horários estabelecidos para as aulas							
Promoção da reflexão crítica dos estudantes							
Disponibilidade para o atendimento aos estudantes							



Autoavaliação do estudante

Comentários adicionais / Sugestões de melhoria (Limite 700 caracteres):

--



INQUÉRITO PEDAGÓGICO-UBI (MEDICINA)

Este inquérito pretende conhecer a sua opinião, enquanto estudante, relativamente à organização e funcionamento desta Unidade Curricular (UC) e ao desempenho do(s) docente(s). Ser-lhe-á ainda pedido um exercício de auto-avaliação relativamente ao seu desempenho nesta UC.

O inquérito é anónimo e a informação que resultar do seu tratamento destina-se a melhorar a qualidade do Ensino-Aprendizagem, pelo que a sua participação responsável é fundamental.

Avalie cada característica apresentada numa escala de **1 a 7**, onde 1 corresponde a um nível muito baixo e 7 a um nível muito elevado.

Organização e Funcionamento da UC

<u>Organização e Funcionamento da UC</u>	Muito Baixo/a	Médio/a				Muito Elevado/a	
	1	2	3	4	5	6	7
Articulação entre as várias componentes da UC (teórica, teórico-prática, prática, laboratorial, módulo, etc.)							
Relevância e clareza dos objetivos de aprendizagem							
Adequação dos materiais de apoio e bibliografia recomendados							
Valorização da participação dos estudantes nas atividades de aprendizagem							
Adequação das metodologias de avaliação							
Correspondência entre o volume de trabalho do estudante e o n.º de ECTS da UC							
Apreciação global da UC							

Em média, quantas horas por semana dedicou, ao longo do semestre/ano, a trabalhar para esta UC fora das horas letivas?

Avaliação do Ensino em Meio Clínico

<u>Avaliação do Ensino em Meio Clínico</u>	Muito Baixo/a		Médio/a		Muito Elevado/a		
	1	2	3	4	5	6	7
Interação tutor/estudante (discussão de casos clínicos, empenho do tutor na aprendizagem do aluno, etc.)							
Participação do estudante nas atividades programadas (consultas, enfermaria, urgência, bloco)							
Interação estudante/utente (preparação prévia e oportunidades de interação)							
Número de estudantes atribuídos a cada tutor							
Apreciação global do ensino em meio clínico							



Avaliação do Desempenho Pedagógico do Docente

<u>Avaliação do Desempenho Pedagógico do Docente</u>	Muito Baixo/a			Médio/a			Muito Elevado/a
	1	2	3	4	5	6	7
Estabelecimento das regras de funcionamento e de avaliação da UC, no início do semestre/ano							
Organização e estruturação dos conteúdos e atividades da UC							
Clareza na exposição dos conteúdos programáticos							
Cumprimento dos horários estabelecidos para as aulas							
Promoção da reflexão crítica dos estudantes							
Disponibilidade para o atendimento aos estudantes							
Utilização das tecnologias de informação e comunicação (Moodle, páginas web, e-learning, etc.)							
Respeito pelos estudantes							
Cumprimento das regras de funcionamento e de avaliação acordadas com os estudantes							
Apreciação global do desempenho do docente							

Autoavaliação do estudante

<u>Autoavaliação do estudante</u>	Muito Baixo/a		Médio/a			Muito Elevado/a	
	1	2	3	4	5	6	7
Adequação da formação anterior às exigências da UC							
Assiduidade							
Participação ativa nas atividades de ensino e aprendizagem (aulas, consulta de bibliografia recomendada, trabalhos)							
Trabalho autónomo							
Recurso ao(s) docente(s) fora das sessões presenciais							
Utilização das tecnologias de informação e comunicação (Moodle, páginas web, e-learning, etc.)							
Apreciação global da sua prestação na UC							

Comentários adicionais / Sugestões de melhoria (Limite 700 caracteres):

--